





PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO

PROGRAMA JUSTIÇA CARBONO ZERO



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15° REGIÃO

PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO PARA O BIÊNIO 2025/2026

PROGRAMA JUSTIÇA CARBONO ZERO

CAMPINAS/SP



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15º REGIÃO

PRESIDENTE DO TRIBUNAL: ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO: HELCIO DANTAS LOBO JUNIOR

VICE-PRESIDENTE JUDICIAL: WILTON BORBA CANICOBA

CORREGEDOR REGIONAL: RENAN RAVEL RODRIGUES FAGUNDES

VICE-CORREGEDOR REGIONAL: EDISON DOS SANTOS PELEGRINI

DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL: LUIZ FELIPE PAIM DA LUZ BRUNO LOBO

VICE-DIRETORA DA ESCOLA JUDICIAL: ELEONORA BORDINI COCA

OUVIDOR: EDMUNDO FRAGA LOPES

VICE-OUVIDORA: ROSEMEIRE UEHARA TANAKA

Apresentação

A urgência em alcançar a neutralidade de carbono no Poder Judiciário nos próximos seis anos é reforçada pelos recentes eventos climáticos extremos que afetam o Brasil. Fenômenos como as secas na Amazônia, enchentes devastadoras no Rio Grande do Sul e incêndios generalizados em várias regiões evidenciam os impactos crescentes das mudanças climáticas e a necessidade de ações imediatas para mitigar esses efeitos e promover a sustentabilidade.

Nessa perspectiva, a recente Resolução CNJ 594, de 8 de novembro de 2024, implementou o Programa Justiça Carbono Zero, o qual busca reduzir as emissões de carbono no âmbito do Poder Judiciário por meio de ações práticas, nos seguintes termos:

Art. 3º O Programa será implementado pelos tribunais e conselhos com base nos seguintes pilares: I – inventário de emissões de GEE; II – redução de emissões de GEE; e III – compensação de emissões de GEE. § 1º Cada tribunal ou conselho deverá elaborar um Plano de Descarbonização, com o planejamento das medidas para elaboração de inventário, redução e compensação de emissões, incluindo ações, projetos, cronograma e objetivos parciais e finais. ***

Dessa forma, o TRT da 15ª Região, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente o ODS 13, que trata da ação contra a mudança global do clima, apresenta seu Plano de Descarbonização, contemplando o inventário das emissões de gases de efeito estufa resultantes de suas atividades, bem como as ações previstas para mitigar e compensar a pegada de carbono da instituição nos anos seguintes.

Objetivo

Este Plano de Descarbonização tem como objetivo apresentar medidas e ações voltadas para a mitigação e compensação das emissões de gases de efeito estufa no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. O documento está alinhado à Resolução CNJ nº 400/2021 e ao Programa Justiça Carbono Zero, estabelecido pela Resolução CNJ nº 594/2024.

Elaboração

O Plano de Descarbonização do TRT da 15^a Região evidencia o compromisso da Alta Administração com a implementação de práticas de gestão climática responsáveis, contando com a colaboração da Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade, bem como das unidades envolvidas no fornecimento dos dados essenciais para a elaboração do inventário de gases de efeito estufa.

Diagnóstico - Inventário de Emissões

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região realiza, anualmente, desde 2021, seus Inventários de Gases de Efeito Estufa (GEE), medidos em toneladas de CO₂ equivalente, utilizando a plataforma GHG Protocol da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Esses inventários permitem quantificar as emissões relacionadas às atividades do Tribunal e identificar oportunidades para reduzir sua pegada de carbono.

Sobre a ferramenta GHG Protocol

A ferramenta GHG Protocol é um dos principais referenciais internacionais para a contabilização e gestão de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Ela fornece diretrizes padronizadas para empresas e instituições quantificarem e relatarem suas emissões de carbono, divididas em três escopos:

- Escopo 1: Emissões diretas de fontes controladas pela organização.
- Escopo 2: Emissões indiretas da geração de energia adquirida.
- Escopo 3: Outras emissões indiretas, relacionadas à cadeia de valor da instituição.

No caso do TRT-15, o foco está nas emissões do **Escopo 2**, que são diretamente influenciadas pelo fator de emissão do **Sistema Interligado Nacional (SIN) média anual**.

O que é o SIN Média Anual?

O SIN Média Anual é um fator de emissão que reflete a quantidade de CO2e (toneladas de CO2 equivalente) associada à geração de energia elétrica no Brasil. Esse fator é calculado anualmente pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e varia conforme a composição da matriz elétrica ao longo do ano.

A matriz elétrica brasileira é predominantemente hídrica, mas também inclui fontes térmicas (gás, carvão, óleo) e renováveis (eólica, solar e biomassa). Se a participação das fontes renováveis aumenta, o fator de emissão do SIN tende a diminuir, reduzindo as emissões de CO2 associadas ao consumo de eletricidade.

Por que as emissões do TRT-15 em 2023 foram menores que em 2021, apesar do aumento do consumo de energia?

A tabela abaixo mostra os dados do TRT-15 nos anos de 2021, 2022 e 2023:

Ano	MWh	Variação MWh	SIN Média Anual	Emissões de CO2 (t)	Variação Emissões de CO2 (t)
2021	5.094,190		0,1264	643,99	
2022	6.908,96	+35%	0,0426	294,29	-54%
2023	8.310,671	+20%	0,0385	320,04	+8,8%

Em **2021**, o fator de emissão do SIN foi **0,1264 tCO2e/MWh**, relativamente alto devido à necessidade de maior geração termoelétrica.

Em **2022**, o fator caiu para **0,0426 tCO2e/MWh**, refletindo uma maior participação de fontes renováveis e um menor uso de termoelétricas. Assim, mesmo com um aumento de **35%** no consumo de energia, as emissões diminuíram **54%**.

Em **2023**, o consumo de energia aumentou **20%**, mas o fator de emissão caiu ainda mais para **0,0385 tCO2e/MWh**. Isso manteve as emissões relativamente baixas, resultando em um aumento de apenas **8,8%** nas emissões, apesar do consumo maior.

Ou seja, mesmo que o TRT-15 tenha consumido mais energia elétrica em 2023, a pegada de carbono foi menor do que em 2021 porque o **fator de emissão do SIN diminuiu significativamente**, refletindo uma matriz elétrica mais limpa. Esse é um exemplo claro de como a variação do fator de emissão influencia os resultados dos inventários de GEE.

O diagnóstico detalhado possibilita ao TRT da 15ª Região avaliar com precisão as principais fontes de suas emissões e definir ações concretas para mitigar os impactos ambientais. Além disso, o inventário anual serve como uma ferramenta essencial para monitorar o progresso na implementação das metas de sustentabilidade e compensação de carbono previstas no Plano de Descarbonização.

INVENTÁRIO GEE 2021

Escopo	Categoria	Emissões tCO2	Total de emissões (tCO2)	
Escopo 1	Combustão Estacionária	1,898	2.145,621	
	Combustão Móvel	26,275		
	Emissões Fugitivas	2.117,448		
Escopo 2	Eletricidade (abordagem de localização)	643,991	643,991	
Escopo 3	Viagem a negócios	3,28	3,28	
Tot	2.792,892			

INVENTÁRIO GEE 2022

Escopo	Categoria	Emissões tCO2	Total de emissões (tCO2)	
Escopo 1	Combustão Estacionária	3,651	2.207,544	
	Combustão Móvel	86,445		
	Emissões Fugitivas	2.117,448		
Escopo 2	Eletricidade (abordagem de localização)	294,291	294,291	
Escopo 3	Viagem a negócios	18,05	18,05	
Tot	2.519,335			

INVENTÁRIO GEE 2023

Escopo	Categoria	Emissões tCO2	Total de emissões (tCO2)	
Escopo 1	Combustão Estacionária	1,809	777,838	
	Combustão Móvel	158,903		
	Emissões Fugitivas	617,126		
Escopo 2	Eletricidade (abordagem de localização)	320,040	320,040	
Escopo 3	Viagem a negócios	63,21	63,21	
Tot	1.161,088			

Os dados de 2024 e 2025 serão incluídos no documento após a conclusão dos inventários GEE, previstos para 31/07/2025 e 31/07/2026, respectivamente.

PROPOSTAS DE AÇÕES PARA REDUÇÃO DAS EMISSÕES

Observa-se, nas tabelas acima, que a quantificação total das emissões do Tribunal Regional do Trabalho da 15^a Região em 2023 foi de 1.161,088 toneladas de CO2e, representando uma significativa redução em relação aos anos de 2022 (2.519,335 tCO2e) e 2021 (2.792,888 tCO2e).

Nesse contexto, com foco na continuidade da redução das emissões, são propostas ações, projetos e iniciativas que visem promover um desenvolvimento mais sustentável. Assim, a seguir, são apresentadas algumas sugestões de ações específicas voltadas para a redução das emissões de GEE no âmbito do TRT15, contribuindo para a implementação eficaz do Plano de Descarbonização e fortalecimento das práticas de sustentabilidade.

Escopo 1

Categoria Combustão Móvel

1. Substituição de combustível por etanol (biocombustível):

Descrição: Utilizar o etanol como combustível principal nos veículos da frota, substituindo combustíveis fósseis, como a gasolina.

Tipo de Ação: Redução de emissões de GEE.

Impacto Ambiental: Bom – Reduz emissões durante a combustão e é produzido a partir de uma fonte renovável.

Custo Estimado: Baixo – Geralmente não exige grandes investimentos em infraestrutura ou na frota, considerando que veículos flex (que aceitam gasolina ou etanol) são comuns.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Médio – O custo competitivo do etanol permite economia em curto prazo.

Observação: O etanol é uma solução viável para uma transição rápida, ideal para iniciativas iniciais de redução de emissões.

2. Substituição da frota por veículos híbridos:

Descrição: Modernizar a frota com veículos híbridos, que combinam motores a combustão e elétricos, reduzindo o consumo de combustíveis fósseis.

Tipo de Ação: Redução de emissões de GEE.

Impacto Ambiental: Ótimo – Diminui significativamente as emissões, especialmente em trajetos urbanos.

Custo Estimado: Médio – Exige um investimento inicial maior, mas é mais acessível que a aquisição de veículos 100% elétricos.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Médio – Oferece economia de combustível a longo prazo e menor impacto ambiental.

Observação: Veículos híbridos são ideais para trajetos mistos, proporcionando maior autonomia e eficiência de combustível. São uma excelente opção para viagens mais longas, sem depender exclusivamente de estações de carregamento elétrico.

3. Substituição da frota por veículos elétricos:

Descrição: Renovar a frota com veículos 100% elétricos, eliminando emissões diretas de carbono.

Tipo de Ação: Não emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Ótimo – Elimina emissões diretas, especialmente se a energia utilizada para recarga for de fonte renovável.

Custo Estimado: Alto – Exige um investimento inicial elevado, tanto na aquisição dos veículos quanto na instalação de infraestrutura de recarga elétrica.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – Proporciona economia operacional significativa no longo prazo e agrega valor à imagem da organização em termos de sustentabilidade.

Observação: Apesar do custo inicial elevado, essa estratégia é essencial para alcançar metas de carbono neutro ou zero. É especialmente vantajosa para frotas que realizam muitas viagens de curto trajeto.

Resumo das Ações

Essas iniciativas possibilitam à organização adotar mudanças graduais, iniciando pela substituição do combustível por etanol como uma alternativa de baixo custo e, progressivamente, avançando para a modernização da frota com tecnologias híbridas e elétricas, combinando eficiência operacional com sustentabilidade ambiental.



Categoria Combustão Estacionária

1. Substituição de equipamentos a gás GLP por modelos de queima mais eficiente

Descrição: Trocar equipamentos que utilizam gás GLP, como fogões e aquecedores, por versões energeticamente mais eficientes, diminuindo o consumo de combustível e as emissões associadas. Essa exigência pode ser incluída nos Termos de Referência das aquisições como critério de sustentabilidade.

Tipo de Ação: Redução de emissões de GEE.

Impacto Ambiental: Bom – Reduz o consumo de gás GLP e a intensidade das emissões por unidade de energia gerada.

Custo Estimado: Médio – Envolve o investimento na aquisição de novos equipamentos e possíveis adaptações nos processos.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Médio – Equipamentos mais eficientes contribuem para a redução dos custos operacionais em médio prazo.

Observação: Essa iniciativa é recomendada para processos em que o uso de gás GLP ainda é necessário, mas que podem se beneficiar de major eficiência no consumo desse recurso.

2. Substituição de equipamentos a gás por equipamentos elétricos com selo de eficiência energética

Descrição: Trocar equipamentos que utilizam gás GLP por alternativas elétricas certificadas com selo de eficiência energética, como fogões ou aquecedores elétricos. Priorizar o uso de energia renovável para alimentá-los, reduzindo significativamente a pegada de carbono.

Tipo de Ação: Não emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Ótimo – Elimina emissões diretas de GEE, especialmente quando alimentados por energia de fontes renováveis.

Custo Estimado: Alto – Inclui o investimento na aquisição dos equipamentos e possíveis adaptações na infraestrutura elétrica.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – Equipamentos elétricos eficientes consomem menos energia e, aliados a fontes renováveis, oferecem economia considerável no longo prazo.

Observação: Essa estratégia é ideal para locais onde há ampla disponibilidade de energia elétrica renovável.

3. Substituição de geradores a combustível (diesel) por opções com biocombustível ou baterias elétricas alimentadas por energia renovável

Descrição: Substituir geradores de energia movidos a diesel por geradores compatíveis com biocombustíveis, como etanol, ou por sistemas de baterias elétricas recarregadas com energia renovável.

Tipo de Ação: Redução ou eliminação de emissões de GEE, dependendo da alternativa escolhida (biocombustível ou baterias elétricas).

Impacto Ambiental: Ótimo – Biocombustíveis reduzem significativamente as emissões, enquanto baterias elétricas eliminam emissões diretas quando recarregadas com energia renovável.

Custo Estimado: Alto – Exige investimento na aquisição de novos geradores ou sistemas de baterias e na infraestrutura para suporte à energia renovável.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Médio – Reduz custos operacionais associados a combustíveis fósseis e pode gerar benefícios com incentivos para iniciativas de sustentabilidade.

Observação: Essa solução é especialmente recomendada para organizações que já possuem ou pretendem investir em fontes de energia renovável.

Resumo das Ações

Essas iniciativas têm como objetivo reduzir ou eliminar as emissões provenientes da combustão estacionária, promovendo a modernização de equipamentos e a utilização de fontes de energia mais sustentáveis. A adoção de tecnologias mais eficientes ou alimentadas por energia renovável proporciona um impacto ambiental significativo, além de benefícios econômicos no médio e longo prazo.



Categoria Emissões Fugitivas

1. Manutenção de extintores de incêndio, substituindo por modelos a CO2 e priorizando extintores de pó químico ou água pressurizada

Descrição: Sempre que possível, substituir extintores que utilizam gases refrigerantes com alto potencial de aquecimento global por extintores de CO2 (quando tecnicamente viável) ou por alternativas mais sustentáveis, como pó químico ou água pressurizada. A manutenção regular é essencial para evitar vazamentos.

Tipo de Ação: Redução de emissões de GEE.

Impacto Ambiental: Bom – Reduz o uso de gases que contribuem para o efeito estufa e minimiza o risco de vazamentos.

Custo Estimado: Baixo – Redimensionar extintores e priorizar tecnologias sustentáveis tem um custo acessível.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – Diminui o impacto ambiental e evita custos futuros relacionados a emissões fugidas.

Observação: Essa ação é ideal para organizações que buscam soluções sustentáveis e práticas na gestão da segurança.

2. Substituição de aparelhos de ar-condicionado por modelos que utilizem gases refrigerantes menos poluentes ou neutros ao efeito estufa

Descrição: Modernizar os sistemas de climatização, optando por equipamentos que utilizem gases refrigerantes mais sustentáveis, como hidrofluorolefinas (HFOs) ou outros compostos com baixo potencial de aquecimento global (GWP). Priorizar modelos com tecnologia avançada e certificados de eficiência energética.

Tipo de Ação: Não emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Ótimo – Reduz significativamente as emissões fugitivas provenientes de vazamentos de gases refrigerantes tradicionais, como hidrofluorcarbonos (HFCs).

Custo Estimado: Médio – Equipamentos com gases refrigerantes sustentáveis podem ter um custo inicial mais alto.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Médio – Proporciona economia de energia e reduz o impacto ambiental no longo prazo.

Observação: A substituição gradual, aproveitando o fim da vida útil dos equipamentos atuais, ajuda a equilibrar os custos.

3. Implementação de um programa de manutenção preventiva para extintores e sistemas de refrigeração

Descrição: Estabelecer e seguir um cronograma regular de manutenção para extintores e sistemas de climatização, com o objetivo de verificar vazamentos, realizar recargas e garantir a conformidade com os padrões ambientais.

Tipo de Ação: Redução de emissões de GEE.

Impacto Ambiental: Bom – A manutenção regular previne vazamentos e melhora a eficiência dos equipamentos.

Custo Estimado: Baixo – A manutenção preventiva é mais econômica do que a substituição total dos equipamentos.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – Aumenta a vida útil dos equipamentos e evita custos maiores com reparos emergenciais ou multas ambientais.

Observação: Estratégia simples e eficaz que pode ser implementada rapidamente.

Resumo das Ações

Essas ações têm o objetivo de reduzir as emissões fugitivas, priorizando tecnologias e práticas mais sustentáveis na gestão de extintores e aparelhos de ar-condicionado. Com custos acessíveis e retornos consideráveis, as iniciativas são eficazes tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e o fortalecimento da responsabilidade ambiental.

Escopo 2

Categoria Energia Elétrica (localização)

1. Substituir aparelhos elétricos por modelos com certificação de eficiência energética.

Descrição: Promover a substituição gradual de equipamentos elétricos, como sistemas de iluminação, aparelhos de ar-condicionado, computadores e eletrodomésticos, por modelos com certificação de eficiência energética, como o selo Procel ou equivalentes.

Tipo de Ação: Redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Impacto Ambiental: Excelente – Equipamentos mais eficientes consomem menos energia, diminuindo a dependência de fontes não renováveis de eletricidade.

Custo Estimado: Moderado – Investimento inicial elevado, mas com expressiva economia de energia ao longo do tempo.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Elevado – A redução nas despesas operacionais com energia elétrica justifica o investimento em curto prazo.

Observação: Priorizar a substituição de equipamentos com maior consumo energético, especialmente aqueles que geram calor, como cafeteiras, chuveiros elétricos e resistências de aquecimento.

2. Ajustar o período de expediente presencial para coincidir com a maior incidência de luz solar

Descrição: Ajustar os horários de trabalho presencial para otimizar o uso da luz natural, reduzindo a necessidade de iluminação artificial durante o expediente.

Tipo de Ação: Redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Impacto Ambiental: Significativo – Redução direta no consumo de energia elétrica destinada à iluminação.

Custo Estimado: Nulo – Requer apenas ajustes organizacionais.

3. Reduzir o uso de equipamentos que geram calor desnecessário

Descrição: Diminuir ou eliminar o uso de dispositivos que produzem calor, como lâmpadas incandescentes e outros aparelhos que aumentam a temperatura ambiente, demandando maior esforço dos sistemas de climatização.

Tipo de Ação: Redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Impacto Ambiental: Bom – Reduz o consumo de energia necessária para resfriamento, contribuindo para a diminuição das emissões.

Custo Estimado: Baixo – Exige apenas substituições simples, como o uso de lâmpadas LED e a adoção de práticas para minimizar o calor gerado. Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – Proporciona economia significativa no consumo de energia e melhora o conforto térmico no ambiente.

Observação: Essa ação pode ser implementada em conjunto com outras medidas de eficiência energética para maximizar os resultados.

4. Ampliar a instalação de usinas fotovoltaicas

Descrição: Ampliar a implementação de painéis solares para a geração de energia renovável, atendendo parcial ou integralmente à demanda elétrica da organização.

Tipo de Ação: Não emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Impacto Ambiental: Excelente – Reduz significativamente a dependência de fontes de energia não renováveis e a emissão de carbono.

Custo Estimado: Elevado – Exige um investimento inicial considerável, mas proporciona uma redução substancial nos custos energéticos a médio e longo prazo.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Moderado – O retorno financeiro ocorre em alguns anos, garantindo economia sustentável e previsibilidade de custos no longo prazo.

Observação: Recomendado para organizações com alta demanda de energia e disponibilidade de espaço físico adequado para a instalação dos painéis.

5. Adquirir energia no mercado livre, priorizando fontes renováveis

Descrição: Realizar a migração para o mercado livre de energia, contratando fornecedores que garantam o fornecimento proveniente de fontes renováveis, como solar, eólica ou biomassa.

Tipo de Ação: Não emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Impacto Ambiental: Excelente – Contribui para a redução da pegada de carbono associada ao consumo de energia elétrica.

Custo Estimado: Moderado – Pode gerar economia, dependendo do volume de consumo e das condições contratuais.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Elevado – Proporciona maior controle financeiro e previsibilidade nos custos de energia.

Observação: Exige planejamento estratégico e adequação às normas e regulamentações locais para viabilizar a transição.

6. Adquirir certificados de energia renovável para energia da concessionária

Descrição: Comprar Certificados de Energia Renovável (REC - Renewable Energy Certificates) para assegurar que o consumo de energia elétrica fornecida pela concessionária é compensado por geração a partir de fontes renováveis.

Tipo de Ação: Não emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Impacto Ambiental: Positivo – Compensa as emissões associadas ao consumo de energia elétrica convencional.

Custo Estimado: Baixo – Os certificados têm custo acessível em comparação aos benefícios ambientais gerados.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Moderado – Contribui para a construção de uma imagem sustentável e fortalece as políticas ambientais da organização.

Observação: Deve ser utilizada como complemento a outras iniciativas de redução ou neutralização de emissões.

Resumo das Ações

Essas iniciativas no âmbito do escopo 2 têm como objetivo aprimorar a eficiência energética, reduzir emissões e integrar o uso de energia renovável nas operações organizacionais. Além de serem adaptáveis a diversos contextos, elas oferecem um equilíbrio entre custos e benefícios, gerando impacto ambiental positivo e promovendo uma economia sustentável a longo prazo.

Escopo 3

Categoria Emissões Casa-Trabalho

1. Ampliar o percentual de servidores em teletrabalho

Descrição: Expandir a modalidade de teletrabalho para um número maior de servidores e colaboradores, reduzindo a necessidade de deslocamentos diários até o local de trabalho.

Tipo de Ação: Redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Impacto Ambiental: Excelente – Reduz significativamente as emissões provenientes do transporte, especialmente de veículos individuais.

Custo Estimado: Nulo – Não há custos diretos adicionais, desde que a infraestrutura para trabalho remoto já esteja implementada.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Elevado – Gera economia com transporte, reduz custos operacionais e traz benefícios relacionados ao aumento de produtividade.

Observação: É fundamental oferecer suporte tecnológico adequado e estabelecer políticas claras para garantir a produtividade e o bem-estar dos colaboradores.

2. Incentivar o uso de bicicletas como meio de transporte

Descrição: Promover de bicicletas entre 0 uso servidores colaboradores por meio de incentivos, como a instalação de chuveiros e bicicletários. realização campanhas de a de conscientização.

Tipo de Ação: Redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Impacto Ambiental: Positivo – Reduz emissões ao substituir meios de transporte motorizados por uma alternativa limpa.

Custo Estimado: Baixo – Infraestruturas como bicicletários e campanhas educativas apresentam custos reduzidos em relação aos benefícios ambientais e sociais gerados.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Moderado – Além da economia em custos de transporte, proporciona benefícios diretos à saúde dos colaboradores e contribui para a redução da pressão no trânsito urbano.

Observação: Garantir alinhamento com as políticas urbanas locais e oferecer suporte logístico adequado para estimular a adesão.

Resumo das Ações

As iniciativas no escopo 3 têm como foco a redução das emissões associadas ao deslocamento dos funcionários, por meio do incentivo a práticas mais sustentáveis e da adoção de alternativas de transporte com menor impacto ambiental. Em conjunto, essas medidas contribuem para a diminuição da pegada de carbono e fortalecem uma cultura organizacional voltada para a sustentabilidade.

Escopo 3

Categoria Viagens a Negócio

1. Priorizar reuniões e eventos telepresenciais em vez de viagens

Descrição: Implementar a política de substituição de deslocamentos físicos por videoconferências sempre que possível, reduzindo a necessidade de viagens presenciais.

Tipo de Ação: Redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Impacto Ambiental: Excelente – Elimina emissões relacionadas ao transporte aéreo, rodoviário ou ferroviário.

Custo Estimado: Nulo – A infraestrutura para videoconferências geralmente já está disponível, sem necessidade de investimentos adicionais significativos.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Elevado – Proporciona economia de tempo, dinheiro e recursos, além de melhorar o desempenho ambiental da organização.

Observação: Assegurar a qualidade técnica das conexões e promover a adesão cultural para garantir a eficácia das reuniões virtuais.

Resumo da Ação

Esta iniciativa para viagens a trabalho adota uma abordagem consciente, priorizando alternativas que eliminem deslocamentos desnecessários. Ao promover práticas que reduzam viagens não essenciais, a ação está alinhada ao consumo responsável, contribuindo para a redução de emissões e a otimização dos recursos organizacionais.

Escopo 3

Categoria Resíduos Sólidos da Operação

1. Reduzir os resíduos de descarte implantando coleta seletiva

Descrição: Implementar um programa de coleta seletiva para a separação de resíduos recicláveis, orgânicos e rejeitos, reduzindo o volume de lixo destinado a aterros sanitários ou locais de alto impacto ambiental.

Tipo de Ação: Redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Impacto Ambiental: Excelente – Reduz as emissões de metano geradas pela decomposição de resíduos orgânicos em aterros e incentiva a reciclagem, que consome menos energia em comparação à produção de novos materiais. Parte dos resíduos orgânicos pode ser destinada à compostagem, seja interna ou terceirizada.

Custo Estimado: Moderado – Requer investimento inicial em infraestrutura e ações educativas, com custos de manutenção relativamente baixos.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Elevado – Gera economia nos custos de destinação final dos resíduos, melhora a imagem ambiental da organização e possibilita ganhos com a comercialização de materiais recicláveis.

Observação: Realizar campanhas de conscientização é essencial para assegurar o engajamento efetivo dos colaboradores.

2. Destinar os resíduos reutilizáveis e recicláveis para catadores e cooperativas/associações de catadores

Descrição: Implementar o programa "Coleta Seletiva Cidadã" em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, assegurando que resíduos recicláveis sejam destinados a cooperativas de catadores devidamente cadastradas.

Tipo de Ação: Não emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Impacto Ambiental: Significativo – Estimula a economia circular e reduz emissões relacionadas à produção de novos materiais.

Custo Estimado: Reduzido – As cooperativas geralmente recebem os resíduos sem custos adicionais, e a iniciativa pode gerar economia na destinação final de rejeitos.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Moderado – Proporciona impacto social positivo ao apoiar catadores, além de favorecer o cumprimento de normas ambientais.

Observação: Formalize as parcerias com as cooperativas e adote os procedimentos previstos na Política Nacional de Resíduos Sólidos, incluindo o uso do SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos), para garantir uma destinação adequada e eficiente.

3. Contratar a incineração de resíduos de saúde

Descrição: Garantir a destinação final adequada de resíduos de saúde, como materiais infectantes, por meio de incineração, prevenindo impactos ambientais e riscos de contaminação do solo e da água.

Tipo de Ação: Não emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Impacto Ambiental: Significativo – Reduz riscos à saúde pública e diminui o volume de resíduos destinados a aterros sanitários.

Custo Estimado: Elevado – A contratação de empresas especializadas e certificadas para incineração representa um investimento considerável.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Moderado – Assegura o cumprimento de normas legais, evita passivos ambientais e contribui para a preservação da saúde pública.

Observação: Opte por fornecedores devidamente certificados e priorize tecnologias de incineração que minimizem emissões e sejam ambientalmente adequadas.

Resumo das Ações

As iniciativas destacadas focam na redução de resíduos sólidos gerados nas operações, implementando soluções que fortalecem a sustentabilidade, asseguram a conformidade com regulamentações ambientais e promovem benefícios significativos para a comunidade e o meio ambiente.

Limites de Aplicação do Plano de Descarbonização

As estratégias de gestão de GEE abordadas no Plano de Descarbonização aplicam-se a todas as operações do TRT15.

Considerações Finais

Reconhecido por sua singularidade e caráter inovador, o Plano de Descarbonização do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região consolida o compromisso institucional com a sustentabilidade e o enfrentamento das mudanças climáticas. Com a elaboração minuciosa de inventários anuais de Gases de Efeito Estufa (GEE) e a implementação de medidas eficazes de mitigação e compensação, a instituição adota uma postura proativa na busca por soluções que visem à neutralização de suas emissões de carbono, contribuindo significativamente para a preservação ambiental.

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região Assessoria de Gestão Estratégica Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade

Equipe Técnica de Elaboração

lara Cristina Gomes Helen da Silva Paes de Souza Yury Sampaio Silva

Capa e Diagramação

Amanda de Mello Viali